



Cenário A Associação de Energias Renováveis (APREN) prevê que 82% do consumo português de electricidade venha a ter origem

Renováveis vão ultrapassar electricidade fóssil em

Portugal poderá superar o objectivo de 31% de energias renováveis fixado

Texto VIRGÍLIO AZEVEDO
Foto ANTÓNIO PEDRO FERREIRA

A electricidade de origem renovável que consumimos em Portugal vai passar por uma grande viragem: em 2013, ou até antes, excederá a electricidade de origem fóssil. Não é um acontecimento histórico mas é uma situação inédita desde a década de 1970, quando as centrais térmicas foram introduzidas em força no nosso país e começaram a produzir mais electricidade do que as barragens.

A previsão não é de qualquer estudo oficial mas do Roteiro Nacional das Energias Renováveis até 2020, uma iniciativa da associação do sector a que o Expresso teve acesso. Nesse ano, a electricidade renovável atingirá um valor hoje impensável: 82,2% do nosso consumo, contra 40,7% em 2009, cabendo apenas 17,8% à electricidade fóssil — produzida por centrais térmicas a carvão ou a gás natural e por cogeração (aproveitamento do calor para gerar energia).

O roteiro da Associação de Energias Renováveis (APREN) está integrado no projecto europeu REPAP 2020, uma iniciativa de sete associações do sector, incluindo a portuguesa, que pretende ajudar os governos a elaborar os planos nacionais exigidos pela Directiva das Fontes de

Energia Renovável da UE, através da participação da sociedade civil. Estes planos serão entregues em Bruxelas até Junho e a UE fixa para os 27 um objectivo global de 20% de incorporação de energia renovável no consumo final em 2020, e para Portugal uma meta obrigatória de 31%.

Superar as metas fixadas pela UE

Mas as previsões da APREN vão mais longe e admitem que essa meta possa chegar aos 34,8%. Por isso a associação sugere que Portugal deveria "encetar negociações com outros Estados-membros da UE para aproveitar os mecanismos de flexibilidade previstos na directiva europeia", que permitiriam vender esse excedente de quase 4% a outros países com dificuldades em cumprir os objectivos impostos por Bruxelas. Na semana passada, a Comissão Europeia divulgou um relatório onde constata que dez dos 27 Estados-membros da UE "vão exceder as metas nacionais para as energias renováveis em 2020". O comissário europeu da Energia, Günther Oettinger, sublinhou que estes resultados "são um sinal muito positivo para o ambiente, porque vão ajudar os 27 a cortar as suas emissões de CO₂ e, ao mesmo tempo, reforçam a segurança energética da UE".

Mas voltando ao roteiro da APREN, este alerta que, com a entrada em funcionamento de todas as centrais a gás natural previstas pelo Governo, "a capacidade instalada de centrais térmicas em 2020 excederá as necessidades", o que exige uma "clarificação da estratégia nacional para o sector da electricidade, pois os investimentos e as metas em cima da mesa parecem ser contraditórios". O Governo apresentou esta semana a Estratégia Nacional para a Energia (ver pág. E22).

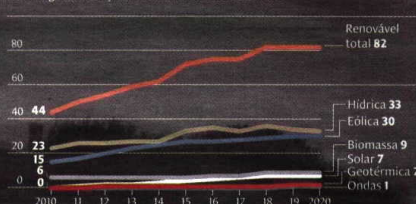
Essas contradições levam o documento a reconhecer que os actuais objectivos governamentais para as energias renováveis são ambiciosos, "mas caso as boas intenções políticas não sejam acompanhadas pela aplicação de medidas de apoio em todos os sectores, Portugal poderá não cumprir nem com as metas que se impôs a si próprio nem com as metas ditadas pela directiva europeia". E só com estas medidas as previsões do roteiro da APREN fazem sentido.

Dar confiança aos consumidores

Por isso mesmo, tão importante como definir essas metas é identificar as medidas políticas necessárias à sua concretização, que dêem aos consumidores e à indústria "a confiança e os benefícios que justifiquem uma aposta nas energias renováveis". As acções passam por

ELECTRICIDADE RENOVÁVEL

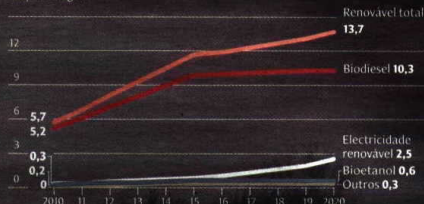
Porcentagem em relação ao consumo total de electricidade



FONTE: ASSOCIAÇÃO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS (APREN)

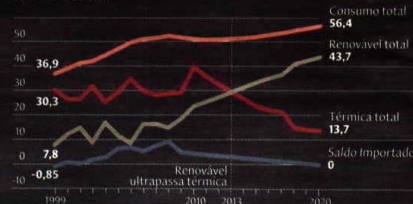
CONSUMO DE ENERGIA NOS TRANSPORTES

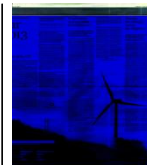
Em percentagem



CONSUMO DE ELECTRICIDADE

Em milhares de GWh





renovável em 2020

Parque de energia nasce no Algarve

Imposto pela UE

As mudanças que facilitem o processo de licenciamento dos projectos de electricidade renovável, em especial nas questões do ordenamento do território e da avaliação ambiental.

Desenvolver processos rápidos e independentes de licenciamento é também uma necessidade na energia solar, onde deve haver uma forte aposta em grandes centrais fotovoltaicas e na minigeração, ou seja, nas instalações associadas aos consumidores nas habitações, condomínios e equipamentos sociais. E nos transportes, onde "a contribuição das fontes renováveis é ainda muito pouco significativa", o roteiro considera essencial a adopção de incentivos ao uso de biocombustíveis e a promoção de alterações no comportamento dos consumidores, através de conceitos como o *car pooling* (partilha do automóvel).

Curiosamente, as previsões da APREN até 2020 são muito superiores às do Governo no peso do consumo de electricidade renovável (ver gráfico). António Sá da Costa, presidente da associação, afirma que "esta diferença explica-se porque a nossa previsão do consumo global de energia eléctrica é muito menor que a do Governo, o que significa que o peso das renováveis aumenta proporcionalmente". Além disso, as projecções governamentais "não tiveram em conta o impacto das medidas de eficiência energética contempladas nos planos de combate às alterações climáticas".

vazvedo@expresso.imprensa.pt

TRÊS PERGUNTAS A

António Sá da Costa

Presidente da Associação de Energias Renováveis

■ **As vossas previsões para as renováveis em 2020 são optimistas?**

■ Não considero que sejam optimistas. O Roteiro Nacional das Energias Renováveis mostra que as metas a que Portugal se propõe são atingíveis e podem ir até um pouco mais além. Mas é preciso trabalhar bastante e não chegamos lá se não mudarmos os procedimentos e a legislação actual.

■ **Este roteiro foi imposto pela UE?**

■ Não foi uma imposição das directivas europeias, mas uma iniciativa da sociedade civil, muito bem acolhida pela Comissão Europeia. Envolveu sete associações nacionais, incluindo a portuguesa, e o modelo adoptado foi levado aos outros 20 Estados-membros da UE. Em Portugal, acabou por ser importante conseguirmos reunir todos os agentes do sector e ouvir as suas opiniões e propostas, o que nunca aconteceu antes. Tivemos a colaboração de mais de 100 pessoas e houve grande receptividade dos organismos oficiais na recolha e troca de informações. Este foi um trabalho feito pela sociedade civil, mas para servir o país. Mostrámos que é possível ter um Portugal mais limpo, mais independente em termos energéticos e com custos que se vão reduzir no futuro.

■ **Qual é o papel dos consumidores neste processo de mudança?**

■ Tem de haver uma grande colaboração do público consumidor, adoptando medidas no dia-a-dia, nas suas casas, nos seus bairros, nas empresas onde trabalha, nos transportes, para conservar a energia e utilizá-la mais racionalmente, o que vai implicar alterações de hábitos e de comportamentos. É o que mostra o recorde de 250.000 m² de painéis solares para aquecimento das águas sanitárias instalados em 2009, quando em 2008 tinham sido só 80.000 m². Hoje, já temos 600.000 m² em Portugal, mas é preciso ter em conta que a Grécia, um país com uma população, uma economia e uma exposição solar muito semelhantes ao nosso, tem 4 milhões de metros quadrados instalados! V.A.

Mais informações sobre o tema
www.expresso.pt

O primeiro aerogerador incendiou-se

Por cá, a energia eólica arrancou em meados da década de 80, com vários percalços. O grande salto nunca foi dado por causa da primeira guerra do Iraque

No início, os ventos não foram favoráveis à aventura eólica em Portugal. A equipa de engenheiros do Laboratório Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação (LNETI) apanhou um grande susto mal acabou de instalar a torre de 12 metros de diâmetro e 20 quilowatts (kW) de potência no Lourel, em Sintra, em 1985. Estava já tudo a funcionar quando surgiu o primeiro percalço. A torre Aeroman fora colocada num terreno privado e não camarário e a dona reclamava o que era seu. "O topógrafo da câmara tinha visto o mapa ao contrário", recorda Jorge Saraiva, investigador do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) e então coordenador da equipa do LNETI.

Acabaram por chegar a um acordo e o aerogerador lá ficou até 1999. Colocava energia na rede, mas as variações de tensão paravam-no muitas vezes. Abaixo dos 180 volts a máquina desligava-se. Certo dia, uma ordem de arranque na turbina travada provocou um pequeno incêndio, recordam Jorge Saraiva e Fernando Marques da Silva (um dos engenheiros do LNETI). A solução foi adaptarem um interruptor para evitar que a situação se repetisse. Aliás, a máquina alemã funcionava com peças adaptadas pelos engenheiros da casa. O objectivo era investigar, aprender e transferir o conhecimento para a indústria nacional.

No mesmo ano do nascimento do projecto do Lourel, surgiu o primeiro parque eólico de demonstração fomentado por empresários alemães na ilha de Porto Santo, na Madeira. Ergueram nove torres com uma potência de 30 kW e fizeram o mesmo, três anos depois, em Santa Maria, nos Açores. Os dois projectos passaram para as empresas de electricidade regionais.

Em 1989 surgiu em Sines o primeiro grande parque comercial nacional, com tecnologia dinamarquesa. Tinha 12 máquinas e uma potência de 150 kW. "Na altura, era preciso ter uma garantia de duas mil horas equivalentes de produção para pagar as turbinas e o parque de Sines tinha 1400 a 1600", recorda Jorge Saraiva. Hoje em dia, por exemplo, a torre erguida no Alto de Arganil produz sozinha 2000 kW. "Se não fossem os subsídios a fundo perdido, a eólica não teria ido para a frente", sublinha ainda o engenheiro mecânico. Durante muitos anos, as verbas do programa Valoren (70% a fundo perdido) foram a salvação da eólica em Portugal.

No início dos anos 90, a EDP e o Governo ainda se mantinham cépticos em relação às energias renováveis. "Não tinham visão de futuro", lamenta Jorge Saraiva.

Pelo caminho também surgiram as guerras com o ambiente. De um lado, os ambientalistas tentavam travar os impactos na biodiversidade e do outro os

promotores acusavam-nos de fundamentalismo. Desde 2005, apenas quatro dos 81 parques eólicos foram reprovados pelo Ministério do Ambiente. E só cinco dos aprovados têm fortes condicionantes ambientais.

Linha de montagem de granadas

Quando nos anos 90 surgiram hipóteses de desenvolver a indústria deste sector, novas barreiras surgiram. Jorge Saraiva recorda o *flop* de um acordo que visava a transferência de tecnologia dinamarquesa para cá. A ideia era reconverter, em Lisboa, a fábrica de armamento de Braço de Prata (das Indústrias Nacionais de Defesa) para a produção de turbinas eólicas. Caiu por terra quando reabentou a guerra do Iraque e o Governo optou por uma linha de montagem de granadas e não de aerogeradores.

"Os dinamarqueses acabaram por ir para Espanha e criaram a Gamesa (uma das maiores empresas espanholas do sector)", conta Jorge Saraiva. "Podíamos ter chegado mais longe, ter marcas nacionais e fabricar cá tudo de raiz, como os espanhóis", lamenta Fernando Marques da Silva. Mas não foi esse o percurso escolhido.

CARLA TOMÁS
ctomas@expresso.imprensa.pt

Parque de energia nasce no Algarve

Chama-se Algarve Energy Park, envolve um investimento de €350 milhões e junta no mesmo espaço ciência, indústria, formação e lazer

O Algarve Energy Park vai nascer junto ao autódromo de Portimão, numa área de 300 hectares, e criará mais de 2000 empregos na fase de cruzamento, 1000 dos quais na área científica. É um conceito inovador a nível nacional e europeu, porque se define como uma plataforma dedicada às energias renováveis que oferece condições para o desenvolvimento simultâneo de actividades de educação, investigação e de criação de produtos.

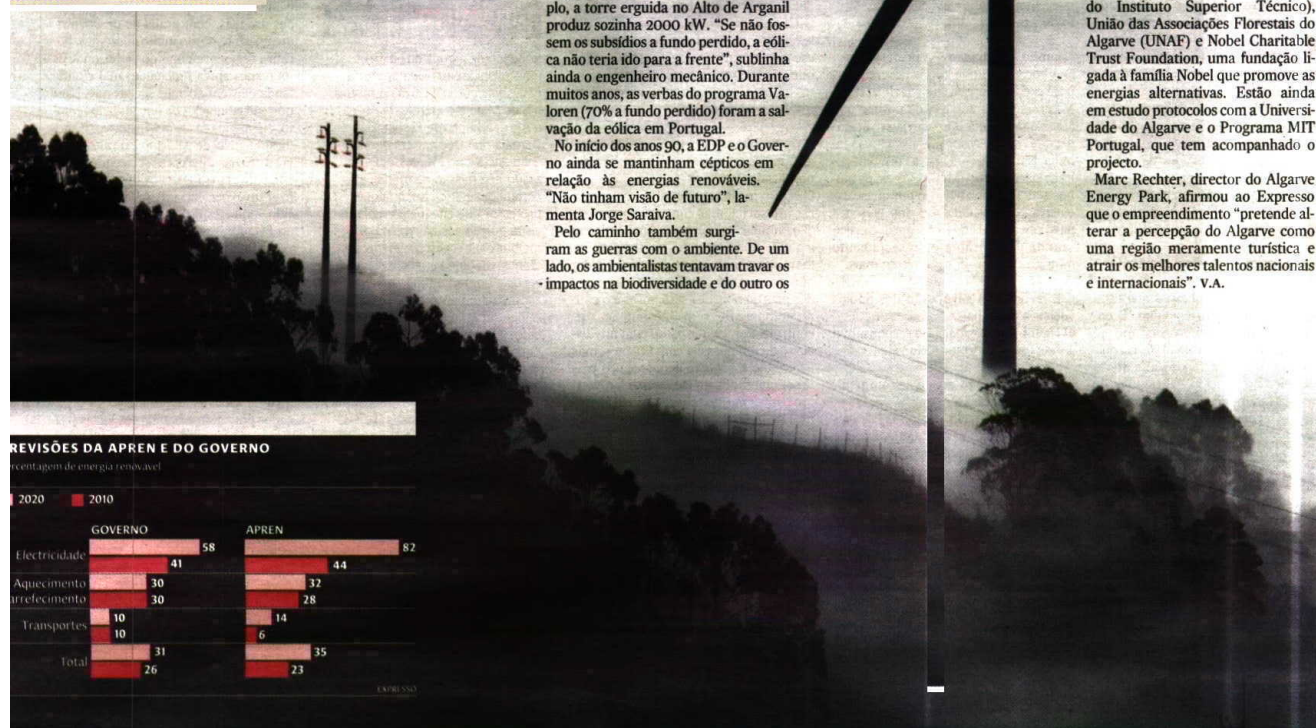
O projecto inclui a geração própria de energia solar e eólica, um parque temático para promover os benefícios das energias renováveis junto do público, um hotel e o Centro para os Sistemas de Energia Sustentável (SO-LARLab). Este centro terá uma área industrial e outra de demonstração (teste de tecnologias antes da sua entrada no mercado), centro de formação profissional, incubadora de empresas e academia de investigação, pretendendo atrair empresas e laboratórios especializados na tecnologia solar, nas redes inteligentes de distribuição de energia (*smart grids*) e nas células de combustível.

Haverá ainda uma clínica especializada na medicina preventiva e na terapia celular e genética personalizada, com uma componente de investigação, e uma zona habitacional de apoio a todo o parque, baseada em energias limpas.

O projecto, onde serão investidos 350 milhões de euros, é da iniciativa de um conjunto de investidores e especialistas europeus na área da energia que desenvolveram o conceito, e já tem protocolos assinados com o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), Laboratório Nacional de Engenharia e Geologia

(LNEG), IN+ (centro de investigação do Instituto Superior Técnico), União das Associações Florestais do Algarve (UNAF) e Nobel Charitable Trust Foundation, uma fundação ligada à família Nobel que promove as energias alternativas. Estão ainda em estudo protocolos com a Universidade do Algarve e o Programa MIT Portugal, que tem acompanhado o projecto.

Marc Rechter, director do Algarve Energy Park, afirmou ao Expresso que o empreendimento "pretende alterar a percepção do Algarve como uma região meramente turística e atrair os melhores talentos nacionais e internacionais". V.A.



REVISÕES DA APREN E DO GOVERNO

Porcentagem de energia renovável



EXPRESSO



Renováveis em 2013 ultrapassam electricidade fóssil

O consumo de electricidade proveniente de fontes renováveis em Portugal vai superar o de origem fóssil em 2013 ou mesmo antes, prevê o Roteiro Nacional das Energias Renováveis, uma iniciativa da associação do sector. É uma situação inédita desde a década de 1970, quando as centrais térmicas foram introdu-

zidas em força no nosso país e começaram a produzir mais electricidade do que as barragens. A Associação de Energias Renováveis (APREN) admite também que Portugal ultrapasse a meta fixada pela UE de 31% de incorporação de energia renovável no consumo final em 2020, chegando aos 34,8%. P20